



## Relato da reunião ordinária do CD EPSJV 25 de abril de 2019

PAUTA

### **Homologação da eleição do coordenador do LABFORM**

O CD EPSJV aprovou por unanimidade a ata do colégio eleitoral do Laboratório de Formação Geral na Educação Básica (LABFORM). O documento foi lido pelo presidente da comissão eleitoral do Laboratório, Jonathan Ribeiro Farias de Moura, e informava que Daniel Santos Souza foi eleito por voto direto e secreto para um mandato-tampão até o segundo semestre, quando acontecem as eleições em todos os laboratórios. De um total de 29 eleitores, participaram 24 votantes – destes, houve 23 votos no coordenador eleito e um voto em branco.

### **Concessão de duas novas bolsas**

O CD aprovou por unanimidade a concessão de duas bolsas no âmbito do projeto “Aprimoramento das Práticas e Processos de Trabalho do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS) e Integração do SUS”, coordenado pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz) para as servidoras Ana Cristina Gonçalves Vaz dos Reis, vinculada ao Lires, e Maria Luiza Silva Cunha, do Labgestão. Elas já atuavam no projeto há mais tempo, mas apenas agora surgiu a possibilidade de bolsa. Ambas tiveram seus planos de trabalho aprovados pelos respectivos colegiados.

### **Regimento e regulamento da BEB**

O Conselho aprovou por unanimidade o regimento interno e o regulamento da Biblioteca Emília Bustamante (BEB/EPSJV). O vice-diretor de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Sérgio Ricardo de Oliveira fez um histórico das discussões, lembrando que os documentos foram apreciados na Câmara Técnica de Pesquisa e aprovados no fim de 2018. Ele também destacou alguns pontos dos documentos.

Quanto à organização, a Biblioteca é composta por coordenação, processamento técnico, responsável por registros, e setor de referência, que é atendimento ao público. O regulamento traz ainda informações sobre funcionamento, organização física, horários, empréstimos, etc.

Em relação aos empréstimos, Sérgio Ricardo explicou que há regras específicas para trabalhadores terceirizados e estudantes de pós-graduações de outras unidades da Fiocruz. Por exemplo, é preciso que o programa de pós-graduação firme um acordo com a BEB, como foi o caso do IOC, para a Biblioteca ser informada caso o estudante conclua sua formação ou abandone o curso. Outra regra diz respeito ao uso das salas, em especial aquelas localizadas na ala superior. Há tolerância de 15 minutos de atraso após o horário agendado. Após esse período, abre-se a vaga para outro solicitante.

A Direção também informou que a BEB vai incorporar o trabalho da BVS. Isso porque duas funcionárias da BVS estão em processo de aposentadoria. Sérgio Ricardo acrescentou que não se incorporou no regulamento da BEB a BVS porque a perspectiva é que haja trabalhadores específicos para a BVS no futuro, de modo que as duas estruturas continuem funcionando de forma separada. Ele também informou que um novo servidor aprovado no último concurso será incorporado à Biblioteca e vai atuar no atendimento ao público.

### **Vacância na Reprepoli**

A Direção informou que, mesmo depois de o prazo de inscrição ter sido estendido, nenhum trabalhador apresentou interesse em integrar a nova gestão da Representação dos Trabalhadores. A situação, na avaliação da Direção, é inédita e problemática. E, por isso, a Direção convidou os integrantes do CD a debaterem a questão e sugeriu que o assunto seja pautado nos laboratórios.

A coordenadora do LIC-Provoc afirmou que diante do quadro mais geral de redução dos direitos dos trabalhadores, chama atenção a vacância. Mas, ao mesmo tempo, o fenômeno se coaduna ao estado de paralisia existente na sociedade. Ressaltou que os trabalhadores de seu laboratório têm participado ativamente da Reprepoli e que, hoje, o quadro profissional reduzido do Provoc pode estar estrangendo essa participação.

O vice-diretor de Gestão e Desenvolvimento Institucional expressou preocupação e concordou que o que acontece na Escola é reflexo do que está acontecendo na sociedade, mas também na própria Fiocruz. Sugeriu que os coordenadores abram diálogo com seus grupos de trabalho de forma a buscar alguém que possa se interessar em cobrir esse vácuo, mesmo que num mandato reduzido.

O vice-diretor de Ensino e Informação reforçou a leitura de que a dificuldade guarda relação com o momento atual. Para ele, é um erro político considerar a Fiocruz ou a Escola, ou os trabalhadores da Fiocruz e da Escola, à parte do conjunto da vida social. Afirmou ser um desafio e instou os espaços de trabalho da EPSJV a conversarem sobre isso, mesmo que desta conversa não resulte ação material ou pragmática que reverta a dificuldade.

O coordenador da RET-SUS lembrou que a RET-SUS tem tido participação importante na Reprepoli. Afirmou que duas trabalhadoras do setor se engajaram, uma como representante e outra na comissão eleitoral, e expressaram desconforto já que, a despeito da mobilização, os dias foram passando e as candidaturas não apareceram, apesar do adiamento do prazo de inscrição. Sugeriu a convocação de uma assembleia da unidade para debater o assunto.

O coordenador do Labform avaliou que é preciso ter uma postura pragmática diante do problema, sem prejuízo da discussão do panorama político geral. Acredita que a vacância possa ter relação com a falta de compreensão, por parte dos trabalhadores, das tarefas relacionadas à Reprepoli. Sugeriu que os representantes dos trabalhadores vão aos laboratórios falar sobre a carga de tarefas. Ele concordou com a sugestão de realização de uma assembleia. E sugeriu que haja liberação ampla para garantir a participação de todos no fórum. Além disso, questionou se é possível que a Reprepoli fique sem representante ou se a Direção não tem que indicar um nome, como acontece quando há vacância na coordenação de algum laboratório.

A chefe de gabinete analisou que a Representação é uma demanda dos trabalhadores, e é grave que se perca esse horizonte na discussão de temas relevantes, como o reenquadramento funcional dos terceirizados. Reforçou que interessa ao trabalhador terceirizado discutir os seus próprios direitos, em um fórum próprio.

Em concordância com o coordenador do Labform, a coordenadora do Latec perguntou se, de acordo com o regimento da Escola, não seria obrigatória a presença de representante dos trabalhadores para a formação do CD. Sugeriu à Direção uma consulta junto à Procuradoria da Fiocruz. E avaliou que é preciso ter um plano B caso a vacância continue.

A coordenadora da CCI afirmou que a participação de trabalhadores do seu setor na Reprepoli e na comissão eleitoral acontece há algumas gestões, mas ponderou que, da mesma forma como acontece com o Provoc, neste momento há menos pessoas disponíveis. Considerou válida a proposta de uma assembleia para debater o tema, inclusive para que os trabalhadores porventura manifestem que a Representação não deveria existir. Ponderou que as últimas assembleias convocadas pela Reprepoli foram esvaziadas e que nas últimas eleições, muitos trabalhadores preferiram nem participar do debate no auditório com receio de serem convencidos a aceitar a atuação como representantes. Sugeriu que mais ex-representantes, e não apenas os componentes da última gestão da Reprepoli, possam dialogar com grupos de trabalho, caso seja esse o encaminhamento, para evitar sobrecarga.

O coordenador do Labgestão afirmou que é provável que em todos os laboratórios haja ex-representantes capazes de falar sobre as tarefas concernentes à Reprepoli. Concordou com a proposta de uma assembleia por ser o melhor formato para politizar a discussão em um contexto difícil. Ponderou que o clima de perseguição em instituições públicas pode ser um fator que tem pesado sobre a decisão dos trabalhadores de participar ou não de espaços de representação. Também acredita que tais espaços não têm se mostrado atrativos, que há uma crise geral de representação no mundo. Questionou a efetividade da mudança de estratégia em se substituir a escolha dos representantes da Reprepoli em assembleia por um processo eleitoral com cédulas e urna de votação.

A coordenadora do Lateps corroborou as análises precedentes sobre haver uma crise generalizada de mobilização dos trabalhadores em curso. Afirmou que, embora seja pertinente analisar a conjuntura, na sua avaliação não cabe vincular a Direção com a pauta dos trabalhadores. Completou que é fundamental recuperar a autonomia da Representação dos Trabalhadores em relação à Direção da unidade. Além disso,

argumentou que a vacância da Reprepoli não compromete o quórum do CD. A vacância, na sua leitura, é excepcional no histórico da Escola, mas se for esta a circunstância, o CD vai funcionar. Para ela, a implicação é de ordem ético-política, não administrativa.

O vice-diretor de Gestão e Desenvolvimento Institucional afirmou que a autonomia nem sempre foi plena em tempos passados. Do ponto de vista legal, afirmou que o fato de não haver representante dos trabalhadores não impede a realização do CD. Ponderou ainda que já houve representações mais aguerridas, e outras não tanto, mas que de forma geral todas sempre buscaram o interesse dos trabalhadores e que não há desconforto com posições divergentes.

A chefe de gabinete lembrou que outras unidades da Fiocruz não têm representação dos trabalhadores no CD. Argumentou que a questão da vacância não deve ser levada para fora da Escola. E que no regimento não está previsto um impedimento do funcionamento do CD caso não haja representante dos trabalhadores. Defendeu, por fim, que a Direção não deveria chamar uma assembleia. Como componente da comissão que definiu o papel da Reprepoli, explicou que a mudança na forma de eleição foi pensada para responder justamente aos problemas de falta de pessoas interessadas em compor a Representação. Por isso, na sua avaliação, o problema é muito mais grave.

O coordenador da RET-SUS esclareceu que não sugeriu a realização de uma assembleia com intenção de desconsiderar a autonomia dos trabalhadores no processo, mas por verificar a necessidade de se ampliar reflexão e o debate sobre o problema. Sugeriu, então, que a assembleia fosse convocada pelo CD e não pela Direção.

A coordenadora do Lateps ponderou que, em última instância, os servidores da unidade têm organização via sindicato. Nesse sentido, a vacância é ainda mais grave para trabalhadores terceirizados e bolsistas, que ficam ainda mais desprotegidos e vulneráveis.

A coordenadora do LIC-Provoc afirmou que, embora a perspectiva tanto do movimento estudantil quanto dos trabalhadores deva ser não ter no horizonte nenhum tipo de tutela, a assembleia não necessariamente seria um movimento nesse sentido. Criticou o fato de a Asfoc-SN não aceitar a filiação dos terceirizados da Fiocruz.

O coordenador do Labgestão afirmou que a crise de representação é uma questão sempre presente e que, embora no regimento, o estudante tenha assento no CD, essa presença nunca foi assídua. Também defendeu que o CD convoque uma assembleia, mas para discutir a crise institucional, no contexto de falta de mobilização; não para discutir a representação. Sugeriu a elaboração de um calendário para os setores discutirem internamente.

A direção reafirmou que os as questões e conflitos trazidos pela Reprepoli sempre foram positivos para a própria Escola. Ponderou ser "delicado" tanto para a Direção, quanto para o CD chamar uma assembleia, pois isso poderia ferir em algum grau a autonomia da Representação. Sugeriu que a antiga gestão da Reprepoli chame uma assembleia e que os laboratórios e setores da Escola discutam a vacância. Afirmou

que, caso não se consiga chegar a uma solução até o fim de abril, o CD pode retomar o assunto para debater medidas, mas com esses movimentos já delineados.

## INFORMES

### **Orçamento da Fiocruz**

O vice-diretor de Gestão e Desenvolvimento Institucional fez um relato da discussão sobre o orçamento da Fiocruz. De acordo com ele, o vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional, Mario Moreira, considera que apesar das limitações da Emenda Constitucional (EC) 95, a área da saúde não tem sido diretamente afetada pelo quadro de constrangimento orçamentário nas políticas públicas.

Segundo ele, Mario lembrou que, desde 2017, o CD Fiocruz dá duas diretrizes para a elaboração do orçamento da instituição a partir das unidades. A primeira é garantir recursos para a sustentabilidade do sistema de ciência e tecnologia. A segunda é reduzir ao máximo as despesas de exercícios anteriores para que o orçamento fique cada vez mais livre para a realização das atividades finalísticas. Ele analisa que isso tem influenciado positivamente a execução orçamentária na instituição.

Em sua apresentação, o coordenador-geral de Planejamento da Fiocruz, Ricardo Godoi, elencou destaques da execução orçamentária em 2018 e projeções orçamentárias, considerando cenários para 2019-2023 no contexto da EC 95. Ele apresentou ainda dados atualizados sobre a execução orçamentária atual e a programação do Plano Anual da Fiocruz de 2019.

O CD Fiocruz aprovou por unanimidade a proposta de diretrizes orçamentárias encaminhada que tem como pontos principais:

- Limitar a execução orçamentária em 2019 à execução de 2018.
- Reduzir despesas de exercício de 2019 para 2020, utilizando captação e transferências internas.
- Busca de captação específica para Farmanguinhos em custeio: aceleração das parcerias de desenvolvimento produtivo (PDPs) e suplementação das cestas de medicamentos com valor de custo deficitário.
- Negociar a incorporação na LOA 2020 dos termos de execução descentralizada (TEDs) de produção ainda não incorporados.
- Gerar portfólio de projetos com capacidade de captação.
- Priorizar orçamento nas áreas finalísticas mediante redução dos valores de contratos de suporte.
- Renegociar contratos com grandes fornecedores da Fiocruz.
- Revisão, em todos os contratos de terceirização, dos itens pagos (custos).
- Deslocar as despesas com concessionárias nas regionais para o orçamento da Cogic.

O acompanhamento do orçamento institucional foi formalizado como pauta permanente do CD Fiocruz. Foi definida ainda uma Comissão com este fim, sob a coordenação da Cogeplan e composta pelos diretores do INI, IFF, IRR, Ensp e Bio-Manguinhos.

O vice-diretor de gestão e desenvolvimento institucional destacou a questão das emendas parlamentares em sua fala no CD Fiocruz. Segundo ele, é necessário um trabalho mais orgânico em relação às emendas que, por vezes, acabam atropelando as próprias unidades que não sabem que os parlamentares destinaram recursos para elas por meio do dispositivo. Ele sugeriu que seja criada uma plataforma para a gestão das emendas, que acompanhe desde a negociação até a execução. Ele esclareceu ainda que a expressão “redução de despesa e transferências internas” presente do documento analisado pelo CD não trata de transferências de recursos entre unidades, mas de verbas de capital para custeio. Ponderou que o tema está sendo evitado, mas em algum momento pode ser necessário. Por fim, considerou que a geração de um portfólio com capacidade para captação encontra um obstáculo concreto, que é o agravamento da falta de recursos das agências de fomento à pesquisa. Para ele, não adianta ter portfólio sem antes buscar o fomento.

Registrou ainda que, até o momento, não houve contingenciamento no orçamento do Ministério da Saúde. Informou que o orçamento aprovado para a EPSJV em 2019 foi de R\$ 11,7 milhões e que este valor está abaixo do que foi executado em 2018 (quase R\$ 13 milhões) e bem abaixo do que foi autorizado naquele ano (R\$ 18 milhões).

Sobre a renegociação dos contratos de terceirização, esclareceu que a ideia é fazer contratos mais enxutos, sem demitir trabalhadores. Deu o exemplo de cortes feitos pela EPSJV, que conseguiu reduzir provisões, mantendo somente aquelas obrigatórias.

Ainda em relação à redução de despesas, esclareceu que a orientação é incorporar as chamadas despesas condominiais (água, luz, etc.) nos projetos. O vice-diretor de gestão e desenvolvimento institucional informou que essas despesas totalizaram R\$ 2,5 milhões em 2018 e que ele pediu ao órgão da Fiocruz responsável o detalhamento dessa conta. A direção ponderou que não é tão simples incluir as despesas condominiais nos projetos, já que alguns editais estabelecem que esses gastos são contrapartida da instituição.

O vice-diretor anunciou que existe um portal da transparência da Cogead, que tem informação sobre a execução orçamentária por unidade. E convidou os laboratórios a verificarem a execução das suas despesas, disponibilizando pessoal da vice-direção para ensinar a usar o site.

O coordenador do Labgestão comentou que o orçamento aprovado pela Fiocruz é maior do que aquele estabelecido pela LOA e expressou a preocupação de que unidades que cumprem o "dever de casa" sejam prejudicadas por unidades que extrapolam seus orçamentos no caso de haver um corte linear.

O vice-diretor de gestão informou que o orçamento da Fiocruz prevê como custeio em 2019 um valor R\$ 300 milhões maior do que o aprovado na LOA. Ele acredita que como a diretriz aprovada pelo CD é trabalhar com execução de 2018, esses valores serão adaptados pelas unidades que estipularam valores acima do previsto.

Na sequência, o coordenador do Labgestão alertou que, mesmo assim, não adianta estar previsto no orçamentário se não existe o financeiro.

O vice-diretor concordou e comentou que é preciso aprimorar a organização, destacando que não se deixe para abrir o processo em meses como setembro ou outubro, quando normalmente não se tem mais o orçamentário, tampouco o financeiro. Advertiu que as unidades mais rápidas na execução acabam até extrapolando seu orçamento, buscando orçamentos suplementares. Afirmou que se a EPSJV for ágil, tem possibilidade de fazer uma boa execução orçamentária. Hoje, a média está em torno de 80% a 90%.

A coordenadora do Lires solicitou que haja um esforço para chamar câmaras técnicas de gestão com maior periodicidade, destacando que a última teve como pauta a inserção de dados do PA 2019 e aconteceu em janeiro ou fevereiro. De acordo com ela, esse espaço precisa debater de modo qualificado o orçamento.

O vice-diretor respondeu que seu setor nunca deixou de fazer a discussão do orçamento. Ele admitiu que em 2018 aconteceram poucas reuniões e lembrou que, em maio, está marcada uma câmara para tratar desse assunto, embora a ideia original fosse chamar uma reunião ainda em abril.

O coordenador da RET-SUS questionou se o CD Fiocruz debateu ou analisou o impacto do orçamento impositivo, caso a PEC seja aprovada no Congresso. O vice-diretor informou que o tema será discutido no fórum de planejamento de maio e que, por enquanto, não há posição.

O coordenador da RET-SUS observou que nunca foi fácil negociar com o Executivo; mas o Legislativo pode trazer mais desafios e há temor de fragilização diante desta nova realidade.

### **Fórum de Unidades Regionais (FUR)**

A Direção relatou que foi ao FUR em dezembro de 2018 fazer apresentação das áreas de atuação e cursos da Escola. Informou que, em janeiro deste ano, a pauta do FUR foi a EPSJV. Na ocasião, se discutiu a importância dos trabalhadores técnicos no SUS. Em março, uma terceira reunião aconteceu. Lá, foram apresentadas as demandas das unidades regionais. A Direção esclareceu que, nesse primeiro momento, essas demandas não são propriamente qualificadas e servem mais como um mapa das necessidades percebidas pelas regionais. Há, por exemplo, demandas de formação de profissionais de gestão sem articulação prévia com secretarias estaduais de saúde. A Direção também esclareceu para as regionais que não teria sentido a Escola desenvolver esse trabalho de forma direta, mas que ele deveria ser feito em parceria com instituições públicas que estão no território de cada unidade. Elas listaram as possibilidades de parceria. Por fim, ainda não há clareza de fontes de recursos.

Diante desse material "cru", vai se seguir um trabalho de aprofundamento a partir do contato entre a EPSJV e pontos focais por regional. Essas reuniões podem ser feitas a distância. Neste momento, frisou a Direção, é importante que os laboratórios participem da reunião.

A Direção também relatou movimentação em relação ao Ministério da Saúde. Em março, durante a Marcha dos Prefeitos, o ministro Luiz Henrique Mandetta defendeu investimentos em um curso "técnico comunitário de saúde", sem dar maiores

detalhes. De posse desta informação, a Direção acredita que a EPSJV precisa apresentar rapidamente uma proposta ao Ministério para que não se perca o tempo político. Houve articulação com a Fiocruz Brasília e com o Departamento de Educação na Saúde do próprio Ministério para solicitar marcação de uma reunião. O formato do curso terá que ser pensado e a Direção já entrou em contato com professores-pesquisadores da Escola para debater a matriz curricular do técnico em agente comunitário de saúde e pautar uma atualização da coleção de material didático intitulada 'Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde'. A Direção frisou que a Escola não pode se furtar a fazer essa proposta, sob o risco de o setor privado ou mesmo outra unidade da Fiocruz fazer, reforçando assim seu papel de referência na formação desses profissionais para o SUS. Também destacou que o fato de a Escola apresentar não quer dizer que o Ministério vai aceitar. Informou que há a possibilidade de aproveitar uma agenda em Brasília, a reunião das Escolas Técnicas do SUS que acontecerá nos dias 21 e 22 de maio, para fazer uma reunião com a área do Ministério responsável pela formação desses profissionais.

A Direção esclareceu que se trata de um trabalho de fôlego, que demandará a atuação não só dos laboratórios que atuam diretamente na formação do agente comunitário de saúde e do técnico em vigilância em saúde, mas de todos os laboratórios que tenham interface com a formação.

A coordenadora da CCI informou que durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde acontecerá uma discussão sobre a formação do trabalhador comunitário de saúde.

O coordenador do Lavsa demonstrou preocupação com a força de trabalho do seu laboratório, na medida em que se despende tempo para fazer um planejamento anual e, a toda hora, surge uma demanda nova. Ao mesmo tempo, frisou que a Escola não pode se encapsular diante do desmonte; precisa se fortalecer. Propôs que a Direção faça uma reunião com os colegiados para apresentar essas propostas e, assim, a força de trabalho possa ter uma primeira impressão do que significa esse esforço. Ele alertou para a sobreposição de esforços, dando como exemplo a 1ª Conferência de Promoção da Saúde da Fiocruz, onde estavam presentes as regionais e foi apresentada a necessidade de um projeto estruturante que envolvesse os vários componentes da perspectiva promocional da saúde. Analisa que é preciso integrar essas propostas de formação de trabalhadores técnicos com o que foi discutido na Fiopromos. Ele acredita que, em nível de Fiocruz, é preciso engendrar processos organizativos para não ficar no varejo de demandas que não estruturam a instituição.

A chefe de gabinete afirmou que a parceria com as regionais é fruto de discussão do PPI e pontuou que, provavelmente, nem tudo o que está listado se realizará. Lembrou que há um trabalho de articulação com Institutos Federais e ETSUS e a estruturação desse processo dependerá das regionais que, ao mesmo tempo, têm necessidade de fortalecer seu papel no território.

Acredita que a discussão sobre a força de trabalho tem que ser feita no âmbito do CD Fiocruz, na medida em que há perspectiva de muitas aposentadorias. Nesse sentido, a instituição precisa integrar seus esforços em pautas e projetos. Sugeriu ao



coordenador do Lavsa que identifique as propostas do Fórum e veja se tem relação com demandas de alguma regional.

A direção lembrou que esse é um movimento importante do ponto de vista político e que as demandas não vão se esgotar, mas que, daqui para frente, há uma articulação instituída que é importante dentro da Fiocruz e pode fortalecer a instituição nos territórios em que atua. Destacou que a EPSJV foi uma das primeiras unidades que se disponibilizaram a se apresentar no FUR e a trabalhar coletivamente com as regionais.

A coordenadora do Lires reforçou a necessidade de qualificar pedagogicamente a proposta do "técnico comunitário de saúde" sem perder interface com os outros laboratórios, lembrando que o Lires e outros laboratórios participaram da construção do currículo do EdPopSUS, por exemplo. Observou que os serviços de saúde são transversais e que a separação que organiza os laboratórios da EPSJV não existe na realidade concreta desses serviços.

A Direção esclareceu que a reunião para pensar a proposta incluirá todos os laboratórios. E pontuou que, a partir do encontro, podem surgir novas ideias que a EPSJV pode levar para a reunião com o Ministério da Saúde.

A coordenadora do Lateps reconheceu que o esforço empreendido pela Direção converge com o PPI construído em 2018 e que a articulação com as regionais deve ser celebrada. Ponderou que, num primeiro momento, o movimento pode se apresentar no formato de um certo balcão de demandas, mas que o esforço da Escola deve ser em ações estruturantes. Por exemplo: formação docente para a educação profissional em saúde, que se desdobre para áreas estratégicas da saúde pública. Afirmou que se a Escola trabalhar nessas duas dimensões, atendendo à perspectiva imediata e pensando em uma formação de base, vai chegar a um projeto orgânico.

A Direção concordou que a formação docente poderia ser uma linha, lembrando que os Institutos Federais perguntaram se a Escola ofereceria a mesma formação de mestrado profissional voltada para as ETSUS para eles também.

A chefe de gabinete acrescentou que seria o melhor dos mundos para a estruturação da educação profissional em saúde no território nacional.

### **Contrato de terceirização para trabalhadores contratados via Instituto de Professores Públicos e Particulares – IPPP**

De junho de 2018 a fevereiro de 2019, a VGDI realizou nove encontros sobre o contrato da IPPP. A equipe destacada para a análise foi formalizada, por portaria, em março e fez a consolidação das informações sobre o atual contrato, que é mais complexo do que o da Abradecont em função do tempo (começou há muitos anos, primeiro como cooperativa, depois como terceirização) e por isso foi sofrendo acréscimos. Os esforços geraram diretrizes para o novo contrato. Serão usados os mesmos critérios de cesta de benefícios e garantias trabalhistas utilizadas na terceirização para docência, como vale transporte e plano odontológico. O modelo de 44 horas será substituído pelo modelo de 40 horas. A VGDI elaborou um formulário online para ser respondido pela administração, secretaria escolar, comunicação, direção e vices, que são os setores com maior número de trabalhadores terceirizados

via IPPP. Com o retorno da resposta, foi possível vislumbrar a situação atual do contrato, com disparidades como: remuneração igual para atividades de impacto diferentes, necessidade de se mapear macroatividades e configuração de contrato tipo guarda-chuva, pois há desde a infraestrutura até a programação computacional. A proposta da VGDI será apresentada à Direção na próxima segunda-feira. Tão logo a Direção a referende, a VGDI vai convocar reunião com trabalhadores vinculados à IPPP e, na sequência, trazer a proposta para o CD EPSJV.

### **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC**

A EPSJV foi convidada, em fevereiro, para participar de uma reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Durante a Reunião Anual da entidade, que acontecerá em Campo Grande (MS), de 21 a 27 de julho, haverá a SBPC Jovem, do qual a Fiocruz participará em bloco e a Escola foi convidada a articular a participação dos alunos, no entanto, não se verificaram condições para levar alunos para o evento, já que não há alimentação, alojamento e transporte e não daria tempo de os estudantes inscreverem trabalhos. A reunião acontecerá no final de julho no Mato Grosso do Sul. A Fiocruz participará com um grande estande.

O vice-diretor de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Sergio Ricardo de Oliveira fez o relato de uma reunião no dia 24 de abril sobre o orçamento da pesquisa nacional. A reunião também abordaria o orçamento da Faperj, mas o ponto foi adiado em função de a comissão da Alerj ter sido adiada para 21 de maio.

Em relação ao plano nacional, há preocupação grande em relação à Finep, Capes e CNPq. Este último havia feito uma projeção de que o corte de 11% em relação ao orçamento de 2018 seria o suficiente para pagamento de bolsas até setembro. Com o contingenciamento do governo federal nas verbas do MEC, há uma nova projeção de que essas verbas só cheguem até junho. A situação da Finep é ainda pior, com 90% do orçamento congelado.

Com isso, a SBPC promoverá nos dias 8 e 9 de maio um movimento na Câmara e Senado em prol da ciência. A entidade vai tentar se reunir com parlamentares e reativar o que seria a Frente Parlamentar para Ciência, Desenvolvimento e Inovação. Adiante, no dia 8 de junho, acontecerá a Marcha da Ciência. No Rio de Janeiro, o evento acontece no Museu Nacional. Foi feita uma avaliação de dificuldade em mobilizar as pessoas. Ideias surgiram, mas a situação política é de desmonte severa, principalmente de grupos que possam fazer representações. Há uma aposta da SBPC no diálogo com a sociedade. A entidade inaugurou canal no YouTube para divulgação da ciência. Existem outros movimentos, como o "Cientistas engajados".

Com relação ao panorama, foram apontadas quatro situações mais graves: a indicação para a diretoria do ICMBio de policiais militares sem experiência na área; o risco de cortes no Censo 2020 que, se concretizado, trará impactos para diversos estudos, inclusive os epidemiológicos; a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa de São Paulo para investigar as universidades públicas estaduais; e, por fim, proposta apresentada pelo Governo do Rio à Assembleia Legislativa do estado para definição dos reitores das universidades estaduais, sem eleições.

## Plano de Contingência da Escola

Nos dias 22 e 25 de fevereiro, aconteceram as visitas técnicas do Departamento de Vigilância e Segurança Patrimonial (DVSP) às salas de trabalho da EPSJV. O objetivo foi identificar e informar os locais mais seguros para os trabalhadores se abrigarem dentro de cada sala em momentos de conflito armado, enquanto aguardam orientação mais precisa dos comunicadores de segurança, além de esclarecer dúvidas.

Foram visitadas todas as salas, além dos contêineres. No segundo andar, a visita consistia em indicação dos lugares seguros e diálogo com o professor e os estudantes que estavam na sala. Ficaram de fora algumas poucas turmas do ensino médio integrado que estavam divididas (por exemplo, entre as disciplinas de artes) ou em atividade externa (por exemplo, educação física). A visita à sala 301, do Labform, que fica mais diretamente exposta e cujo laboratório tem mais professores em sala de aula, foi feita num dia específico (13 de março) em horário de reunião de colegiado para garantir a presença do maior número possível de trabalhadores.

A condução das visitas técnicas de segurança foi feita por um profissional do DVSP, Jeremias Gomes Barbosa, acompanhado do coordenador do Plano de Segurança na EPSJV, Pedro Castilho, do comunicador de segurança responsável por cada sala e uma equipe do setor de Comunicação. Durante as visitas, foi passada uma lista de presença por sala, para que tenhamos o registro de todos os trabalhadores que tiveram acesso a esse primeiro treinamento.

O representante do DVSP veio à Escola para reuniões com os estudantes do 1º ano de todas as habilitações técnicas; estudantes da pós-graduação; e uma turma do CTVISAU. Faltam ainda reuniões específicas com as outras turmas do CTVISAU e do CTACS, que serão realizadas em breve. No dia 27 de março, foi realizada ainda uma reunião geral do DVSP voltada para todos os trabalhadores da Escola, no auditório. Jeremias fez uma apresentação geral do estado da arte e do plano de contingência e esclareceu dúvidas.

A partir desse processo, foi atualizado todo o material de comunicação do plano de contingência, incluindo um cartaz com a planta baixa de cada sala e a sinalização dos pontos de maior segurança. Eles serão afixados na escola ao longo desta semana.

Foi criada também uma lista de transmissão via WhatsApp com o contato de todos os trabalhadores da EPSJV, incluindo limpeza, portaria e jardinagem. E foram criadas outras quatro listas envolvendo estudantes: 1) pais, mães e responsáveis dos estudantes do ensino médio integrado; 2) estudantes do mestrado; 3) estudantes do CTVISAU; 4) estudantes do CTACS; 5) estudantes da EJA; 6) estudantes do Provoc. Por tratar-se de uma lista de transmissão, ninguém terá acesso ao telefone de ninguém, exceto a Direção, e não será possível troca de mensagens. A lista será usada exclusivamente para informes sobre segurança.

O uso das redes sociais – principalmente Facebook – foi intensificado para avisos de segurança, em especial nos casos em que o conflito começa antes do horário escolar e de expediente, para avisar a quem está no trajeto em direção à Fiocruz. Também

foram produzidos informes pelo Politec-I anunciando cada uma dessas medidas. A ideia é, na medida do possível, disparar um informe após cada situação de conflito, informando o que aconteceu e que providências foram tomadas.

Atendendo a uma demanda da Cogic, a Escola providenciou documento de autorização de todos os responsáveis dos alunos do ensino médio integrado para transporte no ônibus nas situações em que é preciso evacuar a Escola. Foi também acordado com a Cogic que, nesses casos, o ônibus sempre levará para a estação Maracanã, onde há ligação com todos os ramais de trem e com o metrô.

Em relação à blindagem, a Cogic informou no dia 18 de abril que o processo saiu da Procuradoria Federal /AGU e o cronograma seria o seguinte:

- O DAE- Engenharia faz ajustes- até 26/04
- Publica-se no Regime Diferenciado de Contratação no DOU - 15 dias úteis, em 30/04
- Estima-se a abertura do Regime Diferenciado de Contratação - 23/05, caso não haja qualquer situação de impugnação.

Com isso, havia sido estabelecido um prazo mínimo de 90 dias para a realização da obra, o que projeta sua finalização para o segundo semestre de 2019.

### **Política de Acesso Aberto**

Será realizado um evento em parceria com a VPEIC com o objetivo de apresentar o balanço e as novas medidas para o acesso aberto, além de reforçar publicações no ARCA. O evento ocorrerá no dia 14 de maio das 9h às 12h. Na primeira metade, o encontro será aberto a todos os pesquisadores e comunidade escolar para decidir e ouvir sobre questões ligadas à política de acesso aberto. No tempo restante, acontece uma reunião com os membros do NAAC da Escola para discutir sobre ações e medidas que podem ser realizadas na unidade.

### **Eventos**

#### **Eclipse Solar**

O vice-diretor de Pesquisa informou que, junto com o professor de física do ensino médio, programa uma atividade diversa comemorativa do Centenário do Eclipse Solar, evento histórico no qual Albert Einstein esteve presente no Brasil e é considerado importante para o desenvolvimento da teoria da relatividade. A data ainda não havia sido definida.

#### **Semana de Vocação Científica**

A coordenadora do LIC-Provoc reforçou o convite para a 24ª Semana de Vocação Científica do Programa de Vocação Científica da Fiocruz. Esse ano, as apresentações orais acontecem 6, 7, 8 e 10 de maio e a sessão de painéis no dia 9.

### **Cooperação**

## **Demanda do Ministério da Saúde**

A coordenadora do Lires informou que a Coordenação Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Ministério da Saúde entrou em contato com a direção da EPSJV para conhecer experiências formativas relacionadas à temática de informações e registros em saúde. A partir desse contato, no dia 15 de março a mesma Coordenação solicitou ao Lires os planos de três cursos do Laboratório: Qualificação Profissional em Registros e Informações em Saúde; Atualização Profissional em Análise de Dados para o SUS; e Qualificação Profissional em Gestão de Informações, Documentos e Arquivos para instituições públicas de saúde. O MS está em processo de revisão dessas formações.

## **Parceria com Fiocruz Amazônia**

No início de abril, o professor Júlio Cesar Schweickardt, do Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia), entrou em contato com a equipe do Lires para convidar o laboratório para colaborar com a realização do Curso de Atualização em Sistemas de Informações do SUS ofertado para os municípios do Amazonas. A formação tem como público-alvo gestores, trabalhadores, profissionais de saúde que utilizam os Sistemas de Informação do SUS e estudantes de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) que estejam utilizando em seus projetos de pesquisa banco de dados dos sistemas de informação.

## **Oficina de Pesquisa**

No dia 27 de março, o Lires realizou sua primeira oficina de prospecção de pesquisas com todos os professores-pesquisadores, Pibic e estagiários do laboratório. O objetivo foi discutir as pesquisas com caráter coletivo realizadas pelo Lires. Com a aprovação de projetos no Edital Inova Fiocruz, o laboratório está tentando construir um projeto coletivo que impulse a pesquisa coletiva. Após a discussão dos projetos de pesquisa com financiamento via Inova, foi elaborada uma costura entre três projetos para manter a profissional Fernanda Martins até dezembro de 2019.

## **Representação institucional**

O Lires representou a EPSJV no GT 'Saúde Digital: tecnologias digitais para a transformação do SUS'. Integram o GT colaboradores do Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS do Ministério da Saúde e diferentes setores da Fiocruz.

## **Publicações**

Dois livros estão em produção pelo Lires: "Informações e Registros em Saúde e seus usos no SUS", aceito pelo edital "Coleção Fazer Saúde" da Editora Fiocruz está em processo de revisão. Já o livro "Uma experiência de qualificação de trabalhadores do SUS na gestão de documentos e informações em saúde" está em fase final de elaboração para ser submetido ao Comitê de Política Editorial da EPSJV.

## **Presentes**

Alexandre Moreno (Labman)  
Anamaria Corbo (Chefia de Gabinete)  
Anakeila Stauffer (Direção)  
Bianca Borges (Lires)  
Carlos Maurício (VDEI)  
Pilar Belmonte (Laborat)  
Alexandre Pessoa (Lavsa)  
Etelcia Molinaro (Latec)  
Daniel Souza (Labform)  
Gilberto Estrela (Labgestão)  
Ingrid D'Ávila (CCI)  
Rosa Neves (Lic-Provoc)  
Jefferson Silva (RET-SUS)  
Marise Ramos (Lateps)  
Pedro Castilho (SADM)  
Sergio Oliveira (VDPDT)